



Anais da Assembléia

N.º 60

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 1.º DE JUNHO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE JUNHO DE 1979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpeolini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Fugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de profundo pesar pelo passamento, aos 79 anos de idade, do Senhor Bortholo Pellanda Netto, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, após aprovação do Plenário, seja dado ciência à família enlutada sita à Avenida República Argentina, 5403.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de um requerimento ao Excelentíssimo Secretário de Educação do Estado do Paraná, Dr. Edson Machado, pedindo enérgicas providências no sentido de evitar as infiltrações políticas nos estabelecimentos de ensino do Estado.

Tal motivo, prende-se ao fato da exoneração da Professora Zoraide Dal Molin, que respondia pela direção do Colégio Estadual "Olavo Bilac" de Ibiçara. O asfaltamento, segundo se soube, foi determinado por injunções de grupos políticos.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1979.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando a criação de um Posto de Identificação no Município de Santo Antônio da Platina - PR.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento prende-se ao fato de que o Município de Santo Antônio da Platina é centro de região, e a criação de um Posto de Identificação iria descentralizar os serviços, atendendo, com eficiência, um maior número de pessoas e ainda propiciando àqueles necessitados, uma diminuição no custo, sendo que grande parte da população vive de baixa renda salarial e que para obterem a cédula de identidade, são obrigados a se deslocarem até postos de identificação distantes, cujas despesas ficam acima de suas possibilidades financeiras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, sugerindo a implantação de HORÁRIO ESCOLAR DE INVERNO, — em regime de urgência —, em todas as escolas da rede oficial de ensino, determinando que as aulas tenham início às 9,00 (nove) horas, sem implicar em recuperação posterior da aula não aplicada.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1979.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Todos nós estamos sentindo a inclemente rigorosidade do inverno.

Por sua causa, até mortes já se verificaram em nossos albergues e nos cinturões de favelas das grandes cidades. O quadro é amedrontador e nos leva a crer que o surgimento de novas vítimas é inevitável, lastimavelmente.

E a situação, principalmente nas escolas públicas localizadas nos bairros, freqüentadas por crianças oriundas de famílias de baixa renda, é simplesmente entristecedora. Enquanto nas repartições públicas, ocupadas por adultos e por isso, naturalmente mais resistentes à tal manifestação climática, o expediente se inicia às 9,00 (nove) horas — nos bancos, às 10,00 (dez) horas —, os pais de tão indefesas criaturas, a maioria das quais praticamente descobertas, precariamente vestidas, descalças, — embora a contra-gosto —, obrigam-se a encaminhá-las às suas escolas, já por volta das 7,00 (sete) horas. Não existe coração que não se condoa, por mais insensível que seja, à vista do penoso caminhar de uma pobre criança em direção à sua desconfortável escola, em estação tão friorenta.

O ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA — O ANO 1 DA CRIANÇA BRASILEIRA, tem que ser vivido em toda a abrangência de suas finalidades, de seus significados e não apenas à sombra de inócuas, frias e indefinidas promoções.

Expor tão franzinos corpos, muitos doentes e subnutridos, à rigidez do atual inverno é contrariar os sentimentos de cristandade da gente brasileira.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero crer e isso espero, que, com o respaldo desta Casa, o objeto desta solicitação seja cristalizado.

Tenho convicção que a implantação do HORÁRIO ESCOLAR DE INVERNO, se instituído no Paraná, haverá também de ser implantado nos outros Estados brasileiros, notadamente na região Sul, onde se observa e se sofre a impiedosa ação do inverno.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Dr. Renato Antônio Johnsson, Secretário do Interior e ao Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de 2 (dois) monocanais telefônicos ou (PS), nos Distritos de Campinho e Guay, ambos pertencentes ao Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1.979.

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que ambos os distritos estão situados a mais de 20 km da sede do município e que o número de seus habitantes eleva-se a 3.000, em cada um dos distritos, a instalação dos monocanais ou PS já é uma necessidade premente, pois virá sanar dificuldades até então existentes, decorrentes da falta de comunicação com centros maiores;

Considerando que no Distrito de Campinho está em via de conclusão a destilaria de álcool carburante e, que já está autorizada a instalação de outra no Distrito de Guay, sentimo-nos na obrigação de solicitar tal benefício, pois ditas medidas, colocarão a região de Ibaiti dentro do vasto parque agro-industrial brasileiro, encarregado de substituir, num futuro próximo, as multinacionais do petróleo, além dos esforços que vem se desenvolvendo para fixar o homem à "terra", a oferta de melhorias e atendimentos de suas necessidades humanas e sociais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando a construção e instalação dos benefícios da energia elétrica, na área urbana e rural do Distrito Administrativo e Judiciário de Diamante, no Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1.979.

(aa) TERCIO ALBUQUERQUE, JOÃO ELÍSIO e FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos os préstimos da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, através de seus Departamentos competentes, para que proceda na elaboração dos projetos necessários, e posteriormente, na execução e instalação de rede de energia elétrica na sede do distrito citado, estendendo este benefício à área rural, através do Programa de Eletrificação Rural do Governo Federal e Estadual.

O Distrito Administrativo e Judiciário de Diamante, de grande expressão territorial e econômica no Município de Guaraniaçu, conta com uma população em torno de 12.000 habitantes, ligados essencialmente às atividades agropecuárias.

Contudo, o distrito tem uma rede comercial expressiva, e um regular número de indústrias extrativas de pequeno e médio porte.

Esta população, este comércio e esta indústria desenvolveu-se prosperamente até o momento, todavia sem os benefícios gerados pela energia elétrica, que agora solicitamos, seja instalada neste distrito, para que a sua afirmação econômica possa definitivamente se concretizar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diante das notícias veiculadas na imprensa, dando conta de que o Governo Federal, através do Ministério do Interior, liberará verba no valor de Cr\$ 170.000.000,00 para combate à erosão, em nosso Estado, não poderíamos deixar de manifestar nossa preocupação com referência à aplicação efetiva e adequada da verba referida.

Não pretendemos, Sr. Presidente, buscar razões contrárias à liberação dos recursos anunciados, mas sim, reafirmar daqui a necessidade urgente de liberação dos mesmos.

O que nos preocupa, no entanto, é a forma de aplicação destes recursos.

Ninguém ignora as vultosas somas aplicadas pelo chamado Projeto Noroeste, no combate à erosão em nosso interior, cumprindo integralmente o programa pré-estabelecido para o controle da erosão do solo urbano no Noroeste do Paraná. Mas, o Governo do Estado, juntamente com Deputados e representantes do Ministério do Interior, estiveram há poucos dias nesta região, e constataram, como todos nós sabemos, que a erosão está realmente assumindo caráter de calamidade pública, nas periferias das cidades da Região Noroeste.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez na localização da "nova erosão" do Noroeste do Estado, está a gravidade do problema. Na aplicação dos recursos do Projeto Noroeste, sabemos, perfeitamente, que houve algumas, -se não irregularidades, pelo menos, má aplicação do dinheiro público, desviando-se das reais finalidades para o qual foi liberado.

Os municípios ao prepararem os projetos técnicos para se habilitarem junto à SANEPAR, e receberem as referidas verbas, encaminharam, naturalmente, projetos específicos de combate à erosão urbana, em cujos projetos, constavam a execução de emissários que deveriam levar as águas fluviais vindas das áreas urbanas, devidamente canalizadas, até o escoamento natural das mesmas, que são os riachos ou rios periféricos.

Mas, preferiram, nossos administradores, não apenas municipais, porque, qualquer liberação de verba de origem federal ou estadual, depende, naturalmente, de vistoria de técnicos vinculados a estes escalões, aplicarem o combate à erosão, somente com pavimentação asfáltica, construção de galerias de águas pluviais, guias e sarjetas, dentro do perímetro urbano, isto é, não concluindo efetivamente o projeto, principalmente o de galerias, o que em nosso entendimento, é um verdadeiro crime, já que, a erosão constatada agora, em sua maioria é erosão provocada por falhas técnicas na aplicação dos recursos anteriormente liberados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os administradores municipais, segundo informações de munícipes que nos procuram com frequência para tratar do assunto, utilizam também, da pavimentação asfáltica, construção de galerias, meios-fios e sarjetas em vias públicas, cujos recursos oriundos de verbas a "fundo perdido", pois conquistados para combate à erosão, dentro do Projeto Noroeste, para aumentar suas arrecadações, ou equilibrar seus orçamentos, pois recebem os recursos dos órgãos federais e estaduais, executam as obras e, como já dissemos, não as concluindo tecnicamente, por não construírem os chamados emissários, e, cobram dos proprietários cujos imóveis são fronteiros às ruas pavimentadas com tais recursos, sob a forma de contribuição de melhorias ou outros títulos. Vejam então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o porque de nossa preocupação quanto à aplicação dos recursos de combater efetivamente a erosão urbana em nosso Estado: primeiro, ao invés de combater efetivamente a erosão, transferem-na das vias urbanas, para as periferias das cidades, destruindo, em muitos casos, inteiramente pequenas chácaras que fazem parte da zona suburbana, obrigando a aplicação de maiores somas para combater o que chamamos de erosão provocada e criminosa; e, ainda, utilizando-se

de subterfúgios, cobram dos proprietários taxas indevidas de contribuição de melhorias onerando, ainda mais, nossa gente interiorana.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria apenas de fazer um alerta e também um apelo à Direção do Colégio Estadual do Paraná.

Tomamos conhecimento de que, em data de ontem, alguns dos alunos daquele estabelecimento, foram barrados porque não estavam devidamente uniformizados.

Dias atrás, viemos a esta tribuna, para denunciar arbitrariedades cometidas pela Direção do Instituto de Educação, ocasião em que a Diretoria proibiu algumas alunas de adentrarem ao estabelecimento com saias curtas.

Agora, soubemos que a Direção do Colégio Estadual do Paraná não permitiu a entrada de alguns alunos que estavam agasalhados com roupas que, segundo entendimentos da Direção, não condiziam com as normas do estabelecimento.

Absolutamente, não podemos concordar, porque, realmente, estamos vivendo alguns dias de muito frio, e é um caráter excepcional; muitos dos alunos não possuem recursos para adquirir os casacos exigidos, nas cores do estabelecimento.

Assim sendo, a Direção poderia muito bem, permitir a entrada de alunos com os agasalhos normais e, naturalmente, solicitar que a norma do Colégio seja cumprida e que, posteriormente, eles possam então adquirir os agasalhos dentro daquilo que o Colégio exige. Soubemos, inclusive, que algumas alunas colocaram os casacos em sacolas e, assim mesmo, foram chamadas à Direção do estabelecimento e advertidas por escrito.

Nós entendemos que, em época de abertura, de anistia, estes alunos também devem ser anistiados. E esta advertência por escrito, não pode ter validade, porque vai prejudicar o currículo escolar deste aluno. Solicitamos então, desta tribuna, fazemos apelo até, à Direção do Colégio Estadual, para que venha a anistiar estes alunos, deixando esta advertência de lado; porque, naturalmente, poderá prejudicar o aluno no futuro.

É o apelo que nós fazemos e não uma denúncia.

Gostaria, Sr. Presidente, de rapidamente lembrar, finalizando, que no próximo dia 04 de junho agora, às 20,30 horas, teremos um grande debate no Teatro Universitário de Curitiba, no TUC. O Jornalismo e as Aberturas Políticas, quando em Curitiba estará presente o Deputado Federal Audálio Dantas, ex-Presidente do Sindicato de Jornalistas de São Paulo. Fazemos o apelo a todos os Srs. Deputados desta Casa para que participem, ativamente, no TUC, neste grande debate, no próximo dia 04.

Era só. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos endereçando à Mesa um requerimento ao Sr. Secretário da Educação, Dr. Edson Machado.

Nós vimos na imprensa, de que a Diretora Zoraide Dalmolim, do Colégio Estadual Olavo Bilac, de Ibiporã, foi exonerada e Ibiporã não aceita, segundo a manchete, a exoneração da Diretora.

Segundo populares, ela não obedeceu a ordem de grupos políticos que mandam na cidade.

Os estudantes de Ibiporã se manifestaram através de greves, passeatas, faixas, e não é de hoje que políticos vêm

agindo de maneira pouco recomendável, porque, na busca de votos, ninguém está medindo consequências, ou pelo menos, a grande maioria, porque nem todos usam desse expediente rasteiro de demitir professores e diretores de estabelecimento de ensino no Paraná.

Os comandos políticos, na busca da vingança, do revanchismo e das perseguições, e a Cidade de Ibiporã está indignada.

Dois grupos políticos, lutando pelo comando daquela cidade, mas o ensino não tem nada a ver com estas brigas. Nós sabemos de dezenas de casos, principalmente em Londrina, de professoras e diretoras que vivem eternamente preocupadas, sem saber o que lhes pode acontecer no dia de amanhã.

Os politiquinhos usam e abusam, mas o tempo do coronelismo já passou; é o AI-5 na mão de grupos políticos casando e semeando a intranquilidade nos colégios e nas escolas do Paraná.

Em Londrina já fomos procurados por algumas diretoras e professoras que foram ameaçadas e perseguidas. Não vamos citar nomes, mas estamos preparando uma lista de professoras e diretoras perseguidas e demitidas, e, se for o caso, deixaremos até a ética de lado, Sr. Presidente, para citar as demissões e os políticos responsáveis por essas demissões.

No discurso do Governador, quando tomou posse, e eu gosto de sempre ter esse discurso ao lado na minha mesa, ele diz em certo ponto sobre educação: "O meu governo será o povo, do povo, pelo povo; mas, também com o povo. Será um governo de participação social com a amplidão com o contato humano. A nossa consideração aos professores e aos estudantes que, sei muito bem, constituem o patrimônio vivo de uma Pátria que merece ser sempre mais feliz".

Será que o Governador está sabendo de que grupos políticos continuam agindo em todas as cidades do Paraná, tirando e colocando quem eles querem, não respeitando nem a idade, nem o tempo de serviço de diretoras já de cabelos brancos, com longos anos de serviços prestados ao ensino do Paraná?

E, segundo nós apuramos, a Dona Zoraide Dalmolim, que foi demitida do cargo, havia conseguido, inclusive, um laboratório para o colégio, e através de outro grupo político esse laboratório foi enviado para outra cidade. A verdade é que pais e alunos de Ibiporã se manifestaram contrários à saída da Diretora e estão exigindo providências do Sr. Secretário da Educação, Dr. Edson Machado. E é em função disto, Sr. Presidente, que estamos encaminhando à Mesa Executiva este requerimento.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna a fim de comunicar à Casa a disposição do Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor José Carlos Pinoti, de manter reunião com a Comissão de Instrução Pública desta Casa, para trazer os esclarecimentos necessários e para, ao mesmo tempo, responder as mais diferentes indagações dos Srs. Membros da Comissão de Instrução Pública.

O Sr. Reitor trará a esta Casa, todas as informações da Comissão Relatora designada pelo Conselho Universitário. Serão informações reveladas com prioridade aos Membros da Comissão de Instrução Pública.

Vejo, nessa atitude do Reitor da Universidade de Londrina, uma cortesia para com os Deputados desta Casa; uma consideração para com os Deputados que procuraram sempre, indistintamente, servir a esta causa com interesses voltado para a grande solução, a solução aconselhada por políticos, mas perseguida sem quaisquer interesses políticos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu me permito,

neste instante, dirigir-me particularmente aos Srs. Deputados que integram a CIP. Deixo aqui a sugestão para que, na próxima terça-feira, esta Comissão se reúna para ouvir o Reitor da Universidade Estadual de Londrina que virá, a Curitiba, prestar os esclarecimentos que julgamos importantes e necessários.

Louvo ainda, por uma questão de justiça, o descortino do Reitor que, com sua atitude, colocando-se à disposição desta Casa, prova, claramente, não temer, não ter qualquer tipo de receio, de constrangimento, para o debate livre, aberto e democrático, com os Parlamentares de nossa Assembléia.

Apelo ao Presidente desta Casa, Deputado Fabiano Braga Côrtes, para que formule o convite em caráter oficial ao Professor José Carlos Pinoti, para que esteja nesta Casa, na próxima terça-feira, bem como ao Presidente da CIP a fim de que convoque a Comissão para ouvir, nesse dia, o Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

Obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez, voltamos a esta tribuna para denunciar a Polícia Militar do Estado do Paraná e, mais propriamente, os componentes do Batalhão de Apucarana.

Há um mês e meio atrás propus a esta Casa um requerimento em que solicitava do Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná e de Sua Excelência o Sr. Secretário da Segurança Pública que transferisse o Comandante do Batalhão da Polícia Militar de Apucarana.

O requerimento de nossa autoria foi derrotado.

Porém, a intranquilidade, muitas vezes, ainda continua a gerar, no seio da população apucaranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se não bastassem as discussões que fazemos publicamente contra aqueles que prendem sem uma justa causa.

Ainda há um mês atrás tivemos que enfrentar em uma praça pública de Apucarana, a Polícia Militar do Estado, armada de metralhadoras, ameaçando a vida desse Deputado. Não trouxe esse fato ao conhecimento da Assembléia Legislativa, apenas comuniquei a alguns amigos e colegas de partido, do fato que havia acontecido em Apucarana onde por mais de duas horas, ficamos sob ameaça de uma metralhadora que não detonou, mas agora a população de Apucarana, novamente estarrecida, vê soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros a fazer um "bang bang" em uma das vias públicas daquela cidade e ontem o jornal "O Estado do Paraná" publicou a matéria a respeito do tiroteio feito pelos policiais, contra o povo, contra casas, em uma das maiores arruaças que já foi cometida em Apucarana, e contra isso, nesse momento, é que nós nos pronunciamos e então apresento aos nobres Deputados, um requerimento que passarei a ler. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, o envio de ofícios endereçados aos Excelentíssimos Senhores Secretário da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar em nosso Estado, solicitando que essas autoridades tomem enérgicas providências face ao comportamento irregular de soldados da P.M. lotados no Corpo de Bombeiros de Apucarana, que promoveram verdadeira arruaça, disparando tiros e pondo em risco a vida de diversas pessoas residentes naquela cidade.

Requer, outrossim, a abertura de inquérito policial militar para apurar os acontecimentos ali vividos e conseqüente punição dos responsáveis.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

Os jornais de todo o Estado registraram os lamentáveis fatos ocorridos em Apucarana, onde, mais uma vez, lamentavelmente, milicianos da Polícia Militar, desonrando a farda que envergam, promoveram verdadeira arruaça num dos bares da Rua Sergipe, onde, todos embriagados fizeram diversos disparos de arma de fogo, pondo em risco a vida de pessoas que se encontravam nas imediações do ocorrido.

Em poucos minutos a esquina da Rua Mato Grosso com Sergipe, mais parecia uma praça de guerra, pondo em polvorosa todos os moradores das referidas artérias.

E até agora, não se sabe qual a providência tomada pelo Comando do 5.º BPM, daquela cidade."

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedimos a apreciação, mais uma vez de um requerimento não contra a polícia, mas a favor do povo.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência, conforme já deu conhecimento aos Srs. Líderes, recebeu o expediente subscrito pelo Sr. José Costa Cavalcanti, Diretor Geral da Itaipu, onde diz o seguinte:

"Temos a honra de dirigirmo-nos a Vossa Excelência a fim de convidá-lo, bem como à Mesa e demais integrantes dessa Assembléia Legislativa, para uma visita ao canteiro de obras da Itaipu, no dia 29 de junho do corrente ano.

Na ocasião, Vossa Excelência e os ilustres Senhores Deputados, terão oportunidade de testemunhar o andamento das obras, bem como trocar idéias conosco sobre os problemas decorrentes do projeto Itaipu."

A Mesa solicita dos Senhores Deputados que façam as suas inscrições para atender ao referido convite; e pede, no máximo, segundo entendimento que mantivemos com a Empresa Itaipu, até o dia 10 do corrente mês.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, que dia?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 12/79, que altera denominação do Gabinete de Assistência Técnica, desta Assembléia.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — O Gabinete de Assistência Técnica, da Secretaria da Assembléia Legislativa, passa a ter a denominação de Gabinete da Consultoria Legislativa, mantidas sua estrutura e atribuições.

Art. 2.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BUENO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 25/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 07/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de CIDADE GAÚCHA, FRANCISCO ALVES, PLANALTINA DO PARANÁ e SANTA INÊS, objetivando o combate à erosão nas sedes dos referidos municípios.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Ficam aprovados os termos aditivos datados de 15 de dezembro de 1.978, aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios de CIDADE GAÚCHA, FRANCISCO ALVES, PLANALTINA DO PARANÁ e SANTA INÊS, objetivando a execução de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 26/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 08/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Porto Rico, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o termo aditivo datado de 26 de janeiro de 1.979, ao convênio celebrado em 29 de junho de 1.976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Porto Rico, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 27/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 10/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Trânsito e diversos órgãos federais, objetivando formalização de cooperação Técnica e Financeira na execução de projetos vinculados ao Plano Nacional de Segurança de Trânsito. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 06 de outubro de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, o Departamento Nacional de Trânsito, o Conselho Nacional do Petróleo, a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e a Empresa Brasileira do Planejamento de Transportes, para formalização de cooperação Técnica e Financeira na execução de projetos vinculados ao Plano Nacional de Segurança de Trânsito.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 28/79,

oriundo da Mensagem Governamental n.º 11/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, mediante a absorção de mão-de-obra ociosa. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Ficam aprovados os convênios de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios de SANTA AMÉLIA, em 26/10/78, SANTANA DO ITARARÉ, em 21/12/78, RIBEIRÃO DO PINHAL, em 21/12/78, CERRO AZUL, em 21/12/78, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE em 29/12/78 e PATO BRANCO, em 29/12/78, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 29/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 15/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CURITIBA, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio n.º 01/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 29 de dezembro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de CURITIBA, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento, Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 30/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 26/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e a SUDESUL, juntamente com o BRDE, objetivando realização de estudos do Plano de Operações do Programa de Agroindústria da Região Sul. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 22 de janeiro de 1.979, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL e o Banco Regional de Desen-

volvimento do Extremo Sul - BRDE, objetivando a realização dos estudos definidos do Plano de Operações do Programa de Agro-Indústria da Região Sul.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 31/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 32/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre a Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, NOVA CANTU, BOM SUCESSO, GUAPIRAMA e ITAGUAGÊ, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia dos municípios signatários. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre a Secretaria da Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e os Municípios de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, NOVA CANTU, BOM SUCESSO, GUAPIRAMA e ITAGUAGÊ, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia dos municípios signatários.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 33/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 39/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de BORRAZÓPOLIS, BITURUNA, com a participação da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros, conforme específica. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam aprovados os convênios de auxílio e cooperação celebrados respectivamente em 09/11/78 e 13/11/78, entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de BORRAZÓPOLIS e BITURUNA, com a participação da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 34/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 40/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras da via de ligação Curitiba-São José dos Pinhais. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovado o termo aditivo datado de 02 de dezembro de 1978, ao convênio n.º 02/78, de auxílio e cooperação celebrado em 05 de maio de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de CURITIBA, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras referentes ao projeto de complementação da via de ligação Curitiba-São José dos Pinhais - Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres).

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 35/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 43/79, que aprova termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, e com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam aprovados os termos aditivos datados de 30/01/79, aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, PALOTINA, MATELÂNDIA, CATANDUVAS, CÉU AZUL, FORMOSA DO OESTE, GUAÍRA, GUARANIAÇU, NOVA AURORA, NOVA SANTA ROSA, SANTA HELENA e TERRA ROXA, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 36/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 44/79, que aprova termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, e com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36/79

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam aprovados os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de UNIFLOR, FLÓRIDA, SANTA INÊS, LOBATO,

SAPOPEMA e JAPIRA, em 30/05/78, PAULO FRONTIN, TIJUCAS DO SUL, em 02/11/78, PORTO VITÓRIA, CAMPO DO TENENTE, em 30/11/78, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Resolução n.º 37/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 37/79, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando apoio financeiro em obras de infraestrutura da Capital, constantes do Programa Especial de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. – **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º – Fica aprovado o convênio celebrado em 20 de fevereiro de 1.979, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento, e o Município de CURITIBA, objetivando a concessão de apoio financeiro ao Município, na execução das obras necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura urbana da Capital do Estado, constantes do Programa Especial de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba, definidos em convênios anteriormente celebrados.

Art. 2.º – esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Bortholo Pellanda Netto. – **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, sugerindo a implantação de Horário Escolar de Inverno - em regime de urgência -, em todas as escolas da rede oficial de ensino, determinando que as aulas tenham início às 9,00 horas. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, bem como ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de dois (2) monocalais telefônicos ou (PS), nos Distritos de Campinho e Guay, ambos pertencentes ao Município de Ibaiti. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque, João Elísio e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a construção e instalação dos benefícios da energia elétrica, na área urbana e rural do Distrito Administrativo e Judiciário de Diamante, Município de Guaraniaçu. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de um Posto de Identificação, no Município de Santo Antônio da Platina. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, no sentido de que tomem energias providências face ao comportamento irregular de soldados da P.M., lotados no Corpo de Bombeiros de Apucarana. – Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo energias providências no sentido de evitar as infiltrações políticas nos estabelecimentos de ensino do Estado. – Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes no sentido de providenciar a construção de uma ponte, na corredeira de Porto Marolo, ligando os Municípios de Grandes Rios a Jardim Alegre. – Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento que apresenta, neste momento, o nobre Deputado José Domingos Scarpelini, que visa a construção de uma ponte sobre o Pôrto Marolo, nós conhecemos bem aquela região; embora não veja assim condições na execução desta obra, mas todo o pedido, projeto, que visa qualquer benefício àquela região.

Mesmo sabendo da existência também do Pôrto São Cristóvão bem próximo e que é uma necessidade que estamos reivindicando junto ao Governo do Estado, porque irá beneficiar não só o Distrito de Juciara, como também de Ubaúna, também sobre o Rio Ivaí.

Por esse motivo, votaremos favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Continua em votação. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de pedido de informações a respeito de quais os municípios sedes de Comarca, que não contam com Delegados de Polícia de Carreira. – **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Aírton Cordeiro e Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, com o objetivo de promover estudos visando a efetivação dos professores suplementaristas e serventes que prestam serviços ao Governo do Estado. – Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença nesta tribuna, hoje, em função do presente requerimento firmado por dois Vice-Líderes da nossa bancada, é motivado por alguns aspectos que nós iremos expor, na convicção de que os ilustres signatários deste requerimento haverão de reconhecer a nossa posição, e estamos seguros, haverão de entender o nosso posicionamento.

Já na legislatura passada, muito se discutiu mesmo nesta Casa Legislativa, a respeito do problema dos suplementaristas no Estado do Paraná.

E a tal ponto que, quando tivemos aquele movimento, aquela assembleia ou aquela greve, o nome que queiram dar ao movimento encetado pelos professores paranaenses, dentre as reivindicações, uma delas era de que se conhecesse da situação do professor suplementarista com 10 anos de serviços prestados ao Estado do Paraná.

E o que aconteceu é que, nos entendimentos havidos e que acabaram por determinar o encerramento daquele movimento, ficou praticamente claro de que o Governo tomaria posição, naquela época, encaminhando a esta Casa de Leis um projeto, pelo qual também os suplementaristas com 10 anos seria reconhecida a sua condição de estabilidade.

E posso, inclusive, informar, e acredito que vários dos Srs. Deputados também tenham conhecimento disso, de que, inclusive, chegou-se a preparar a minuta de um projeto que seria encaminhado para aqui, sobre o qual diversas vezes dialogamos com o então Secretário dos Recursos Humanos, cobrando a vinda daquele projeto que seria especificamente relacionado ao professor suplementarista com 10 anos de serviços prestados ao Estado do Paraná.

Acontece que o Governo terminou e o projeto não chegou. Ficamos na expectativa das providências que fossem tomadas no atual Governo, e desde o início, desde a posse do novo Secretariado, tive a preocupação de manter diversos contatos com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, a quem devo fazer justiça, sempre me recebeu com uma linguagem aberta, franca e democrática, procurando e tendo interesse em discutir, em todas as minúcias, o problema do suplementarista e dos serventes.

Fizemos vários contatos, vários estudos vêm sendo realizados pela Secretaria dos Recursos Humanos nesse sentido, e posso inclusive, assegurar a esta Casa, de que os itens abordados no requerimento firmado pelos vice-Líderes da minha Bancada, esses itens têm sido uma preocupação constante da Secretaria dos Recursos Humanos.

Não pretendo e não quero tirar os méritos dos autores do requerimento, mas quero fazer justiça à atuação do Sr. Secretário dos Recursos Humanos, a tal ponto que os professores do Paraná já sabem que aquilo que se pede com referência à realização do concurso, já temos - e os professores também já têm consciência, de que, no próximo mês de julho, a Secretaria dos Recursos Humanos estará realizando Concurso para preenchimento de 5ª a 8ª séries, e também para o 2.º grau. São providências que estão sendo tomadas.

O Sr. Erondy Silvério – Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado, apenas para corroborar com as afirmações de Vossa Excelência, acompanhei os trabalhos, não só de Vossa Excelência, como de diversos Srs. Deputados, que têm, realmente, se preocupado com este assunto que é, acima de tudo, humano.

Também Vossa Excelência me dizia, há cerca de 15 dias que estava bem impressionado com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, que havia lhe prometido uma solução efetiva para o caso. E que Vossa Excelência não traria ao conhecimento da Casa por razões óbvias, enquanto Vossa Excelência

não sentisse o estudo concluído, em condições de se dar uma solução efetiva e real para o caso.

Quero apenas corroborar com os esciarcimentos que Vossa Excelência esta prestando à Casa, e ao mesmo tempo dizer que confiamos que o Governo do Estado dê solução de continuidade a um caso que vem preocupando um número imenso de paranaenses.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. DÁCIO LEONEL – Agradeço a gentileza do nobre Líder Erondy Silvério.

Inclusive, com Sua Excelência mantive contato há aproximadamente 30 dias, quando dei ciência de que tinha uma preocupação, porque, inclusive dos nobres Pares da nossa Bancada, presentes, até poderia mencionar o Deputado Gilberto Carvalho, com quem nós, por diversas vezes, no governo passado, estivemos tratando dos problemas do setor do professorado e este de grande importância: o do suplementarista.

Porque a verdade é uma só: nas nossas andanças, em nossos municípios, vínhamos recebendo constantemente a cobrança da situação do professor suplementarista.

Lembro ainda, há poucos dias, em meu gabinete, quando recebia um professor suplementarista do Município de Sertãozinho, que depois de 13 anos ininterruptos, haver lecionado aulas suplementares, ele foi prejudicado pelo famigerado decreto que acabou fazendo com que inúmeros professores suplementaristas, com 10 anos de casa, fossem prejudicados e perdessem as suas aulas.

A partir de então, criou em nós um desejo de encontrar uma solução, de buscar uma solução.

Eu, a questão de quase 2 meses, me propunha vir a esta tribuna, para então, tentar encontrar os caminhos que pudessem motivar a que se encontrasse, de imediato, a solução do problema do professor suplementarista. Mas, antes disso, fui fazer os contatos.

E quando conversei com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, Dr. Sigismundo Morgenstern, senti a sua preocupação, senti os trabalhos que ele estava fazendo, os levantamentos, a forma como me disse que queria receber de mim, como de qualquer Deputado, todas as idéias para que se pudesse chegar a um denominador comum, que permitisse resolver em definitivo este problema, como tem sido a preocupação não apenas daquela Pasta, mas da Pasta da Educação para resolver todos os problemas dos professores, quando tivemos aí o aproveitamento daqueles que fizeram o concurso de primeira e quarta séries, e não foram aproveitados, e atualmente estão sendo; como tivemos a volta dos professores que ficaram em outros municípios, para que pudessem retornar aos seus municípios de origem. Como estamos tendo também o trabalho para que haja a transposição àqueles professores que procuram e que querem encontrar melhores condições.

Eu venho hoje para fazer justiça a um Secretário.

O Sr. Gilberto Carvalho – Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, e que vem fazer justiça a um trabalho que vem sendo elaborado pelos Srs. Secretários da Educação e o de Recursos Humanos. Quanto aos suplementaristas que Vossa Excelência tão bem conhece, e que tem acompanhado, sabe que a intenção dessas Secretarias, é que o P.S. passe para o quadro efetivo do Estado.

Prova é que alguns P.S. que pediram demissão, estão sendo aconselhados que aguardem, porque não haverá substituição para P.S.; que de agora em diante serão contratados pela CLT. Os atuais P.S. passarão para o quadro efetivo do Estado.

Com referência aos suplementaristas, a grande preocupação desde a época em que foi baixado o Decreto 1495, que intranquilizou a todo suplementarista, porque eles não têm

uma segurança para o ano seguinte; se conseguirão ou não aulas; e com a medida adotada, do concurso marcado para julho, procura o Governo solucionar este problema de uma vez por todas, embora exista um estudo para a estabilidade dos suplementaristas por mais de 10 anos.

Mas, segundo informações do Sr. Secretário, vai aguardar a realização deste concurso, para depois completar, como vem sendo, dando o atendimento perfeito no setor da educação. Com o concurso de primeira à quarta, que deslocou muitos professores, separando-os das famílias, com a medida adotada pelo atual Secretário, Dr. Edson Machado, que possibilitou a volta dos professores aos seus municípios de origem, e agora existe uma comissão percorrendo todo o Estado do Paraná, verificando a situação em cada município e encontrando uma solução em comum com os prefeitos municipais, para que possa dar um melhor atendimento ao ensino.

Estou confiante, Sr. Deputado, neste Secretário, com as medidas que vêm sendo adotadas. Tenho certeza, hoje já reina tranquilidade, já pudemos nos reunir no Município de Ivaiporã com professores, e vejo a satisfação deles em poder ir para uma sala de aula, com menos preocupação da sua estabilidade, mas com vontade de poder transmitir os seus conhecimentos aos alunos e aprimorar o ensino em nosso Estado.

Por isso, eu cumprimento a Vossa Excelência pela preocupação que tem tido neste setor do ensino, e pelo pronunciamento justo que faz neste momento.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Eu agradeço o aparte do nobre

Deputado, e devo dizer também, que neste campo, é de se fazer justiça com a Secretaria dos Recursos Humanos; já existe um estudo e praticamente em fase de conclusão, tendo na coordenação o Dr. Ely Marés de Souza; ele é que está coordenando este problema especificamente dos serventes.

É a preocupação de atender tais serventes, hoje no famoso quadro dos P.S., sem garantias, sem estabilidade, e que passariam, conforme tais estudos, a integrar a parte suplementar do quadro único, passando a ser regidos pelos Estatutos, ficando integrados aos cargos já existentes e recebendo o benefício da melhoria salarial, dentro do enquadramento na simbologia dos níveis.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Dácio, agradeço ter-me concedido o aparte, e também o pronunciamento que Vossa Excelência faz da tribuna, colaborando com a nossa intenção, com a intenção dos autores do requerimento, que apresentaram uma sugestão ao Governo do Estado, através das Secretarias de Educação e dos Recursos Humanos. Exatamente porque, no próprio requerimento nosso, já citamos da disposição do Governador Ney Braga em aprimorar, aperfeiçoar e corrigir, principalmente no campo do Magistério, as deficiências havidas como o quadro de suplementaristas.

Sou testemunha também da luta que o nobre Deputado, desde há muito, para conseguir a estabilidade aos suplementaristas e aos serventes do quadro dos funcionários do Estado.

Reafirmo que a nossa intenção não é só nossa, é de Vossa Excelência, e ainda ontem quando entramos com o requerimento, o nobre Deputado Cyro Martins, que hoje está ausente, me disse e nos mostrou que estava elaborando também um trabalho de sugestão, no mesmo sentido, ou no mesmo assunto, e que o nosso requerimento ele considerava prejudicado o seu trabalho.

Convidei-o para que subscresse conosco o requerimento, porque na verdade não tinha nenhuma pretensão de encampar o problema que talvez desse um IBOPE; mas a intenção era de se possível, todos os Deputados desta Casa subscressem conosco, para que atingíssemos o objetivo pretendido. Em face de verificarmos o que Vossa Excelência acaba de afirmar a disposição, não só do Governo, mas também da Secretaria

dos Recursos Humanos, que Vossa Excelência acaba de dizer que já existe um estudo, me alegro muito em saber que existe.

É sinal de que a nossa sugestão vai de encontro à pretensão do Governo. E por isso nós esperamos que obtenha o êxito pretendido.

Muito obrigado pela colaboração que Vossa Excelência está dando da tribuna ao requerimento que, repito, não é só meu, e o Deputado Airton Cordeiro, mas aprovado por esta Casa; é um requerimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado Augusto Carneiro,

agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas chego quase a ter receio de que eu não tenha sido profundamente entendido quando vim à tribuna.

Confesso a Vossa Excelência que pensei; pensei bastante para aqui vir; havia dentro de mim uma força, pelos contatos que fiz com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos quase a me exigir que eu viesse aqui para posicionar aquilo que aquele homem tem feito à frente daquela Secretaria. Se eu for à tribuna, não poderei ser talvez mal interpretado pelo signatário do requerimento? Que Vossa Excelência falou numa matéria que pudesse dar IBOPE. Eu não estou interessado em IBOPE. Estou preocupado porque, quando qualquer colega da Oposição nesta Casa faz um requerimento pedindo alguma providência na construção de uma ponte ou qualquer coisa, é muito comum que Deputados da nossa Bancada vão para encaminhar um requerimento, explicando medidas que já foram tomadas, para depois votar.

Entendi que se tratando de um problema da minha Bancada, e não apenas por ser assinado pelos dois vice-Líderes, eu não pudesse trazer a eles as informações que tenho; já tenho vivido o problema.

Entendo o problema dos signatários do requerimento, como da melhor intenção; mas, se conheço medidas tomadas até aqui, firmes e seguras, pelo Sr. Secretário dos Recursos Humanos que tem dialogado comigo, não seria justo que eu deixasse de trazer a esta Casa e ao conhecimento dos nobres Pares, o posicionamento que tem tomado aquele Secretário. De um diálogo extraordinário, de uma preocupação notável, que inclusive me fez perguntas a respeito da Associação dos Serventes, dos Zeladores do Norte do Paraná, se eu teria condições de reunir algumas delas, para que pudessem se encaminhar e ter um diálogo com o Secretário, expondo os seus maiores problemas.

É por isso que vim à tribuna. Não vim na preocupação de IBOPE, de notícia, de jornal. Eu vim fazer justiça.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento) Inicialmente, Deputado Dácio Leonel, desejo cumprimentá-lo pela atitude assumida por Vossa Excelência. Efetivamente tem sido lugar comum, nesta Casa, sempre que alguém da Oposição reivindicue, reclame ou pleiteie uma situação administrativa, haver a ressonância imediata da bancada da Arena, e como consequência, como porta-voz do Governo, dando as explicações de medidas já tomadas.

Vossa Excelência ao trazer à Casa estes esclarecimentos, e me perdoe, talvez esteja aí o mérito, Vossa Excelência diz o óbvio. Porque sairá o concurso para os suplementaristas, como bem disse Vossa Excelência, todo o professor do Paraná está sabendo disso. E para que o professor do Paraná tivesse conhecimento, evidentemente que estudos deveriam ter ou deveriam estar sendo feitos; de que a notícia circulou de boca em boca, embora não tenha saído na imprensa, enfim, de que alguma coisa concreta por parte dos responsáveis pela Educação do Paraná estava sendo feita.

E veja Vossa Excelência, que é um homem da oposição, inclusive o Líder da Oposição que vem reconhecer isso de

de público. E que a própria Associação dos Professores do Paraná que sempre tomou posições de independência, de reclamação e de cobrança que esta Casa, reiteradamente, talvez seja o assunto mais tocado e mais focalizado aqui, o problema do suplementarista e do servente. Esta Casa é testemunha então, como bem diz Vossa Excelência, que alguma coisa estava sendo feita para que, no segundo semestre, realmente este concurso viesse a ser realizado.

E veja Vossa Excelência, que na última sexta-feira, cobrei aqui, em nome da Oposição, o atraso do pagamento aos suplementaristas que não receberam ainda no corrente exercício letivo. E evidentemente que para tocar num assunto desses, houve a necessidade de estar em contato com os suplementaristas, não de uma cidade, porque cheguei inclusive com todos os Colegas de Bancada, e vi que a situação era generalizada em todo o Estado. E entre as reclamações dos suplementaristas não estava só a do pagamento, como também saber a data do concurso.

E disse então verbalmente àqueles professores, que não havia necessidade de tocar no problema do concurso, porquanto era voz corrente e eu já havia obtido a informação perante as Secretarias responsáveis pelo problema, que no segundo semestre o concurso iria ser realizado, e era apenas uma questão de data.

Portanto, quero dizer a Vossa Excelência, que realmente é de se dar um mérito aos atuais responsáveis pela educação. E veja que, quem diz isso, é quem sempre cobrou aqui, quem na última sexta-feira cobrou o atraso dos suplementaristas, o que para mim é injustificado. E mesmo agora, veja Vossa Excelência, tenho em mãos para dizer, que estou acompanhando o problema. Tenho em mãos dois contra-cheques, um do pagamento atual que vai ser feito agora já nesta semana e na próxima semana. Mas este pagamento, veja Vossa Excelência, injustificavelmente veio com os mesmos valores do ano passado. Tenho um contra-cheque aqui de janeiro, que é do pagamento de dezembro e a mesma importância para o pagamento das 42 aulas que o professor suplementarista dá.

Então, quero apenas congratular-me com Vossa Excelência, porque teve, vamos dizer, sejamos claros, teve a audácia de vir aqui e fazer uma colocação de justiça ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos.

E digo mais o seguinte, eminente Deputado: que o Estado nada mais faz ao realizar o concurso, ao dar aos serventes deste Estado o salário mínimo, do que reconhecer realmente um direito que vinha sendo desrespeitado no Estado do Paraná. É inconcebível, é inconstitucional, que uma pessoa ganhe menos que o salário-mínimo, esta servente. Então, neste plano, neste aspecto da servente, era um direito que estava sendo ferido, que estava sendo desrespeitado e que agora o Estado vai reconhecer.

E quanto ao concurso, a atitude do Sr. Secretário, os reclamos que atendeu desta Casa e de todos os setores da educação do Paraná, nada mais faz do que reconhecer que a jurisprudência vem tendo de considerar realmente o suplementarista depois de um certo período de contratação pelo Estado, como realmente efetivado.

Ressaltou muito bem Vossa Excelência, que a greve dos professores terminou porque ficou assentado, de público, como compromisso de honra do Governo, de enviar a esta Casa um projeto de lei que concedesse a estabilidade para os suplementaristas. E tanto isso é verdade, que sabe Vossa Excelência que no final de dezembro, ainda na condição de Líder da Oposição, cobramos aqui para o Governo que terminaria o seu prazo. Cobramos aqui. E depois na convocação extraordinária da Assembléia, refizemos a nossa cobrança de que o compromisso assumido para terminar a greve da educação no Paraná não havia sido cumprido pelo Governo anterior.

Portanto, congratulo-me com Vossa Excelência, e que vem

fazer uma colocação que se dê realmente a honra e o mérito a quem efetivamente estava trabalhando pela educação no Paraná.

E para finalizar, esperamos que não retardem essas soluções, porquanto elas nada mais fazem do que dar justiça a quem merece justiça, os nossos professores.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado, Sr. Deputado, e apenas neste aspecto, que é um aspecto também que nós temos tido grande preocupação do suplementarista com 10 ou mais anos de casa, também foi o assunto que nós dialogamos demoradamente com o Sr. Secretário, inclusive insistindo no grande perigo de um concurso aberto com a participação de professores do Brasil inteiro.

Então, neste ponto, para que talvez agora pudéssemos ter uma outra posição para resolver aquele problema que seria o da estabilidade pura e simples, ou uma forma de estabilidade aos 10 anos, já temos conhecimento também de que estes estudos vão permitir que no tocante ao peso para participação, o peso tempo de serviço vai ser altamente importante.

Aí é que eu vejo o grande benefício para o suplementarista que tenha seis, sete, oito, dez ou mais anos, porque levando o peso e a nota do setor de didática ele terá melhores condições de aproveitamento, e queira Deus, possamos, através deste concurso, ter o aproveitamento de todos os professores suplementaristas que, de forma abnegada, vêm ajudando a educação deste Estado.

Era esta a minha posição, evidentemente com os meus cumprimentos aos ilustres companheiros da minha Bancada pela iniciativa, mas me permitindo a justeza, a justificativa que eu teria que fazer, para ser justo a um Secretário que eu reputo ter tido uma preocupação extraordinária no setor da sua Pasta dos Recursos Humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Com satisfação, registramos a presença nesta Casa, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, Sr. Antônio do Carmo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, para encaminhar a votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo, inicialmente, manifestar o meu contentamento, e que sei é o contentamento também do Deputado Augusto Carneiro, pela participação ativa de eminentes Deputados desta Casa, quanto ao requerimento apresentado para discussão em plenário, para apreciação dos Srs. Deputados.

Na verdade, sabemos há muito tempo, de sugestões, críticas, colocações as mais diversas, sobre o problema dos suplementaristas, serventes e outros que integram o quadro do pessoal suplementar do Governo do Estado do Paraná.

E, nesta linha de pensamento, buscamos tão exclusivamente propor, adicionar mais uma idéia, mais uma sugestão para o debate, como este debate que estamos observando aqui e que engrandece a Assembléia Legislativa.

Devo manifestar à Casa, que aproximadamente há um ano, eu já me preocupava pessoal e politicamente, com o problema do Quadro suplementar da Prefeitura Municipal de Curitiba, e tenho aqui o ex-Vereador Mário Celso que pode confirmar as minhas palavras.

Levantávamos este assunto na Câmara Municipal da Capital. Por que? Porque sentíamos a angústia de gente que estava aflita, com um problema sério, como também levávamos, a nível de Câmara de Curitiba, o problema das pensionistas do município. Tínhamos pensionistas de Curitiba recebendo Cr\$ 180,00 por mês.

Provocamos o debate e o Prefeito Saul Raiz mandou à Câmara, mensagem elevando esta pensão para, no mínimo, Cr\$ 1.500,00, reconhecendo que não era o ideal, mas que era,

ainda, o possível, e seguramente muito mais do que essas pensionistas estavam percebendo.

Conversava há pouco com o Deputado Antônio Facci, ausente neste momento do plenário, exatamente sobre questões sociais. Ouvi sua observação, e concordei com ela prontamente. Nós, Deputados, no que toca à política social, de uma forma geral, estamos fazendo pouco e precisamos ter coragem para procurar fazer mais. Esta colocação parece-me fundamental, principalmente hoje, quando vemos realmente, o afloramento de problemas sociais os mais diversos.

Por isso, fico feliz acompanhando o pronunciamento do Deputado Dácio Leonel, acompanhando o pronunciamento do Deputado Augusto Carneiro e do Deputado Nilso Sguarezzi, porque o problema social é de todos nós. Ele está acima de qualquer posição político-partidária, e a nossa iniciativa concreta, objetiva, foi colocar o problema também para que a Assembléia discuta. E por que? Porque nós estamos observando que o Governador Ney Braga, está inteiramente aberto ao debate social. É um dos itens formais de seu programa de Governo. Saibamos aproveitar esta oportunidade, este momento em que o Governador está nos abrindo as portas para a discussão em torno de problemas sociais. Quando eu digo que o programa de Governo dá prioridade aos aspectos sociais, quero aqui louvar a justiça que vem fazer desta tribuna o Deputado Dácio Leonel, ao reconhecer os trabalhos que são feitos pelas Secretarias dos Recursos Humanos e da Educação.

Isso nos engrandece. Não a nós, da Arena, mas a nós, todos do Paraná.

Por isso, Srs. Deputados, neste momento, reitero a Vossas Excelências, o meu contentamento pela participação de todos e devo aqui mencionar que esta sugestão ora em discussão, ora submetida à apreciação plenária da Assembléia Legislativa, tem o caráter humano de se atender a 15 mil pessoas que, hoje, desafortunadamente, não têm qualquer tipo de amparo. Não têm qualquer direito a resguardar, e ainda há pouco, depois do concurso realizado para promoção, observamos no Paraná inteiro, milhares de professores suplementaristas sem emprego, milhares de professores suplementaristas que não tinham uma aula no mês sequer, e isso me parece extremamente grave.

Houve pronunciamentos desta Casa a respeito, e eu cumprimento os Deputados que fizeram esses pronunciamentos, porque é um problema social que toca a todos. Como também é triste sabermos que há serventes no Estado recebendo menos de Cr\$ 1.000,00. Faz o que uma servente com esse dinheiro? Não faz nada.

E o que nós sugerimos?

Que nenhuma servente e outros que integram o quadro de pessoal suplementar, ninguém receba menos do que o salário mínimo regional; no mínimo, esse salário, podendo ser também uma remuneração superior a esse salário.

A sugestão tem por objetivo resguardar os interesses daqueles professores, também, que se submetem a um concurso público aqui preconizado e não é novidade para nós que o Governo vai fazer o concurso em julho; mas, nós queremos com esta idéia complementar, resguardar o interesse daquele que não foi aprovado.

Concurso também é golpe de sorte, porque o concurso público é aberto, indistintamente, a todos e quantos professores recém saídos das faculdades pretendam participar, plenamente atualizados, desse concurso, num confronto com professores suplementaristas com 10, 15, 20 anos de diploma recebido. Cria-se aqui, a meu ver, uma desigualdade. Por isso, nobres Deputados, feliz, realmente, o Deputado Augusto Carneiro está, e feliz estou eu com o debate que esta matéria provoca, porque, tenho certeza, que será da média deste debate que nós poderemos ter o nascedouro de outras idéias para aperfeiçoar esta sugestão encaminhada ao Governador do Estado.

Tenho dois apartes solicitados. Permita-me o Deputado

Gilberto Carvalho, que pela ordem, conceda o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz – Obrigado, nobre Deputado Airton Cordeiro, entendo também, que no aspecto social é preciso somar os esforços das duas Bancadas; aliás, eu citei este problema no meu pronunciamento no Grande Expediente, de que no Governo passado, infelizmente, o lado social foi um pouco esquecido, quer no campo dos bóias-frias, como também da educação, os professores, as professoras, os serventes.

Entendo que o lado social deve ser atacado, mas atacado sem meias ações, pelos 58 membros desta Casa, porque o drama social que vive o Paraná hoje, é uma coisa espantosa, realmente. Com relação às serventes, nós tivemos contatos com várias delas, as zeladoras, principalmente em Londrina, naquela região, muitas delas ganham Cr\$ 700,00, Cr\$ 600,00 por mês, e trabalham de 6, 8 a 9 horas, inclusive, já há uns 6 meses atrás nós tivemos contatos, inclusive com o Deputado Dácio Leonel, com serventes procurando-nos e o procurando também, quero aqui, enaltecer também a conduta do nobre Deputado Dácio Leonel naquela oportunidade, buscando a solução; ao mesmo tempo também, que aplaudo o requerimento de Vossa Excelência e do Deputado Augusto Carneiro. Mas, a verdade que essa citação do problema social, nobre Deputado, nós precisamos atacar sem medo, arregaçar as mangas, esquecendo ideologias partidárias, político-partidárias, e atacar o problema social deste Paraná.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Fiori Luiz e informo a Vossa Excelência e aos Deputados que estão presentes, que este requerimento está inteiramente franqueado aos Srs. Deputados que o pretenderem subscrever para honra nossa.

Concedo o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho, para em seguida, conceder ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Gilberto Carvalho – Nobre Deputado Airton Cordeiro, fico feliz com esse debate de hoje. Há 5 anos atrás, eu me deslocava da cidade de Londrina, onde nos reunimos com mais de 500 serventes; naquela época em que a servente recebia Cr\$ 142,00 por mês, e que quando ficava doente tinha que colocar por contra própria, uma outra para substituí-la; não existia substituição. Mas, vejo que esses debates, que essas medidas adotadas e, que procurar solucionar o problema das serventes e também do professor, é fruto de um trabalho árduo nesta Casa, que foi a aprovação do nosso Estatuto do Magistério.

Que, naquela época, como relator daquele Estatuto, a nossa Bancada, quase toda criticada, com professores participando aqui, e assistindo às discussões; quando nós discutíamos o assunto, se falava no quadro, nem se estava estudando o mesmo, se argumentava o vencimento das professoras. Muitas perguntando se sabiam quanto custava um quilo de arroz, quanto custava um quilo de feijão, mas nós sabíamos que o resultado final deste Estatuto do Magistério era para chegar onde nós estamos chegando hoje. E, pelas medidas que estão sendo adotadas pelo Secretário dos Recursos Humanos, pelo Secretário da Educação, está-se chegando naquilo que todos nós esperávamos e sempre confiamos, que seriam as medidas justas e acertadas para uma solução definitiva das serventes. Hoje, PS, que serão enquadradas no quadro do Estado, dentro do Estatuto, terão o seu símbolo, passarão a receber acima do salário mínimo.

Os suplementaristas terão mais tranquilidade porque também, tendo a possibilidade de participar de um concurso, aqueles mais antigos levarão um peso, neste concurso, de seus tempos de serviço; será feita também justiça, àqueles que enfrentaram, em municípios distantes, com dificuldades, às vezes, de se conseguir o professor, eles se prontificaram a lecionar, ajudar e servir o Estado. Agora receberão o benefício.

Por isto, ficamos hoje bastante feliz, em ver este debate

que é quase que final, de uma solução que está chegando ao seu fim, a contento de toda a classe. Muito obrigado, e cumprimento pelo pronunciamento que faz.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Deputado Gilberto Carvalho, pela honra que Vossa Excelência dá a este Parlamentar, para rememorar a grande luta que esta Assembleia empreendeu para que o Estatuto do Magistério fosse uma grande realidade. E a luta hoje, talvez, se renova, nobre Deputado Gilberto Carvalho, pela necessidade da observância de todos os aspectos do Estatuto do Magistério. É uma luta que continua e que precisa ter sempre a participação de uma Casa como esta, onde toda a população do Paraná está representada.

É sempre justo reconhecer o trabalho feito por Deputados que aqui continuam, por Deputados que por qualquer circunstância deixaram de pertencer ao plenário da Assembleia Legislativa. Sem dúvida alguma, é u'a menção que se faz, também com alegria e contentamento, porque identificamos, nestas atitudes, a participação ativa e produtiva do político também, no processo administrativo.

Concedo o aparte ao Deputado Nestor Baptista, para, em seguida, conceder ao Deputado Scarpelini.

O Sr. Nestor Baptista — Nobre Deputado Airton Cordeiro, apenas gostaria de cumprimentá-lo e ao Deputado Dácio Leonel, que já há bastante tempo vem brigando por este aspecto abordado hoje e também o requerimento dos nobres Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro.

E mais feliz estou ainda, porque a certeza que nós já tínhamos, é reforçada com as palavras aqui proferidas hoje, de que, na realidade, o Governador Jayme Canet Júnior nada fez no caráter social; preocupado com "casca de ovo", abandonou, principalmente, os professores e outros "bóias-frias", como foi citado pelo Deputado Fiori Luiz.

Isto vem reforçar a nossa certeza de um homem que não olhou, jamais, para o aspecto social, para um aspecto crucial hoje, tão importante na vida brasileira, e que continua sendo importante aqui em nosso Paraná.

Muito obrigado, nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Deputado Nestor Baptista, apenas gostaria...

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... de dizer a Vossa Excelência, que não é exatamente a colocação correta de que o Governador Canet nada fez, no que toca à política social.

Talvez a tenha feito de forma insuficiente, o que não quer dizer, absolutamente, que nada fez para atender aos servidores públicos do Paraná.

É verdade que eu, pessoalmente, e talvez todos nós, estejamos a esperar muito mais do Governador Ney Braga neste campo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei um aparte ao nobre Deputado Scarpelini, para, a seguir, ser honrado com um aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado, eu, neste momento, quero parabenizar-me pela posição que assumiu Vossa Excelência, juntamente com a maioria da Bancada da Arena, no sentido de dar mais condições de vida às serventes e professoras do nosso Estado.

Realmente, nós temos a dizer que este Governo está procurando se identificar com os problemas sociais do povo do Estado do Paraná, o que não aconteceu com o Governo passado, onde houve falta de diálogo, falta de entendimento.

Esta conquista que as serventes e as professoras de todo o Estado do Paraná, parece-me uma conquista que veio para sanar um bolsão que estava já colocando à margem da sociedade

as professoras e as serventes, e para alegria nossa, vemos hoje uma Assembleia, uma Bancada da Arena mais identificada com os problemas sociais do Estado, porque, infelizmente, na legislatura passada, no ano de 1975, o Deputado Osvaldo Macedo, que hoje é Deputado Federal, fez um pronunciamento nesta Casa, solicitando exatamente isso que hoje os Srs. Deputados da Arena aqui pleiteiam, e houve, naquela oportunidade, inclusive por parte de um dos Deputados aqui presentes, uma crítica ao Deputado Osvaldo Macedo, dizendo que ele usava da tribuna para fazer demagogia.

Bem, em 1975, nós apresentamos nesta Casa um projeto de lei que visava no mínimo um salário mínimo para as professoras municipais. Era uma alteração da Lei Orgânica dos Municípios. O projeto foi aprovado, e foi vetado pelo Governador Canet, e a Assembleia manteve o veto.

Porém, nobre Deputado, este Governo que chega agora, pelo que temos visto e pela disposição da bancada da Arena, porque ela deve representar a vontade e o pensamento deste Governo, realmente já vem com alguma coisa nova, pelo menos no sentido de deliberar as posições pessoais de cada Deputado, para, ao final, colher de cada um, u'a melhor solução para os problemas sociais do Estado.

Agora, gostaria também, de nesta oportunidade, levar ao conhecimento de Vossa Excelência e também desta Casa, de que as Prefeituras do Estado do Paraná, e mais propriamente a Prefeitura de Curitiba, está desrespeitando o Ministério do Trabalho, a orientação e as normas do Ministério do Trabalho, no que diz respeito aos garís, aos lixeiros da nossa capital e de todo o Estado do Paraná, porque existe, já firmado pelo Ministério, um tratado de insalubridade que deveria ser pago pelas Prefeituras a esses trabalhadores, e as Prefeituras do Estado não estão pagando.

Então, já que o Governo está interessado em sanar essas distorções, seria justo que os Srs. Representantes da Arena nesta Casa, Representantes do Governo, encaminhassem e mediassem junto aos órgãos públicos do Estado, às Prefeituras, para que essas acatassem as decisões do Ministério do Trabalho. O SR. AIRTON CORDEIRO — Se Vossa Excelência me permite prestar-lhe um esclarecimento no caso da Prefeitura de Curitiba, Deputado Scarpelini. O serviço de limpeza é um serviço executado por uma empresa particular, que depois de licitação, foi a empresa vencedora de uma concorrência pública. Os encargos sociais são todos por conta dessa empresa, porque é um serviço concedido pelo Município de Curitiba.

Entendo como válida a observação de Vossa Excelência no que toca aos demais municípios, que são responsáveis, diretamente, na prestação desse serviço.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Sr. Deputado, apenas para aclarar um pouco mais as informações que Vossa Excelência traz, de que a Prefeitura de São Paulo também concedeu, através de concorrência pública, os serviços de limpeza a várias empresas do ramo. Entre elas, a que faz a coleta do lixo em Curitiba, a Terpa Lipater. E o Ministério do Trabalho de São Paulo, ao autuar a empresa, conseqüentemente também estava autuando a Prefeitura de São Paulo. E a Prefeitura, naquele momento, condicionou: ou a empresa paga a taxa de insalubridade àqueles que trabalham, ou está rompido o contrato de serviço.

Então, no caso aqui, deveria ser feita essa aplicação.

Porque agora, recentemente, há questão de 2 ou 3 meses atrás, houve um movimento que não teve continuidade em Curitiba, e que seria a greve dos garís daqui, acompanhando os do Rio de Janeiro e de São Paulo. Aqui não houve a greve, Mas, acontece que é um problema social que precisa ser resolvido. E, de u'a maneira ou de outra, a Prefeitura tem condições de colocar a empresa que faz a coleta de lixo em xeque, para que ela realmente cumpra aquilo que o Ministério do Trabalho determinou que seja cumprido.

Agora, com respeito as serventes e professoras, estamos mais uma vez, parabenizando tanto Vossa Excelência quanto aos demais Deputados da Arena que evoluíram socialmente. Porque, na legislatura passada, o Deputado Gabriel Manoel, que se encontra presente, quando o Deputado Osvaldo Macedo fez um pronunciamento neste sentido, ele apenas disse que era demagogia do Deputado em usar da tribuna naquela oportunidade, para as serventes.

Mas, hoje, o Deputado está de acordo. Isto é uma demonstração que existe e está existindo uma conquista social...

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria apenas uma observação, que não fiz meu pronunciamento apenas para saber se o Deputado Scarpelini está ou não de acordo. Sua Excelência não pode fazer um pré-julgamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Domício Scaramella) Continua com a palavra o Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. José Domingos Scarpelini - Agradeço o aparte e desculpe-me, Deputado Aírton Cordeiro, por ter-me alongado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Scarpelini, e tenho a maior honra em conceder aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel, querido companheiro de Bancada.

O Sr. Gabriel Manoel - Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Aírton Cordeiro.

Só olhando e ouvindo com atenção a luta pelo bem estar do povo a que Vossa Excelência se propõe. Mas, os fatos sucedem e, muitas vezes, as memórias chegam até um certo ponto e os fatos são esquecidos.

O Deputado Scarpelini lembrou que eu disse que era demagogia o pronunciamento do Deputado Osvaldo Macedo, do MDB, quando Sua Excelência lutava pela melhoria das serventes, dos PS, e também lutava pelos mestres paranaenses.

Agora, nobre Deputado, o Deputado Scarpelini está ligeiramente afoito, como esteve afoito quando foi a favor do AI5; quando afoito ele esteve e teve a censura de toda a sua Bancada.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, o Deputado Gabriel Manoel não entende, ou não quer entender, o que seja uma posição ideológica institucional, é aquilo que estamos debatendo aqui e agora.

Ao contrário do que Vossa Excelência está dizendo, Deputado Gabriel Manoel, nunca fui a favor do AI5. Apenas disse que ele era legítimo. Foi só isso, e lutei pela sua revogação.

Agora vem Vossa Excelência querer tumultuar a sessão, dizendo que eu defendi o AI 5. Muito pelo contrário, nunca defendi o AI 5, como também não defendo o Governo Jayme Canet Júnior, como Vossa Excelência o defende por aí afora, em todos os cantos do Estado do Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel - Com muita honra, Deputado Scarpelini, defendo o Governo Jayme Canet, porque, no momento de dar o Estatuto ao Magistério, foi o único Governo que teve "peito" de sancionar, de autorizar ao seu Secretário que desse o Estatuto ao Magistério.

Foi um dos governos paranaenses que olhou pela assistência social, que implantou inúmeros hospitais em municípios, em convênios com as prefeituras, dando dinheiro para que aquele povo menos favorecido fosse beneficiado, mas sem demagogia. Porque eu defenderei Canet Júnior, porque Canet Júnior é honesto, como é honesto o Governador Ney Braga; defenderei Canet Júnior, porque sei perfeitamente, pois convivi com ele 4 anos, e sei que a "casca de ovo", o grande asfalto e a grande malha rodoviária, é o "calcanhar de Aquiles" de Vossas Excelências, porque hoje o Paraná tem u'a malha rodoviária que pode transportar ao Porto de Paranaguá toda a produção paranaense, trazendo conseqüentemente aos homens de

mãos calosas, aos homens que não querem mais demagogia aos homens que hão de entender, que Canet e Ney Braga são os homens que estão orientando o governo paranaense, o povo do Paraná.

Se Canet Júnior não pode fazer mais, foi porque sabia perfeitamente que o Governo Ney Braga viria fazer em benefício de nossa terra e de nossa gente.

Agora, o que não podemos admitir, é que um homem que foi expulso do seu Partido por defender o AI 5, venha negá-lo aqui da tribuna; venha negá-lo e não admito que me chame de mentiroso, porque aí estão os Anais da Assembléia do Brasil e do Paraná.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Domício Scaramella) Faço um apelo ao Deputado para não fugir do Regimento Interno, e tratar do assunto em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - (Pela Ordem).

Sr. Presidente, eu levanto a palavra neste momento, para informar ao Deputado Gabriel Manoel, que eu não fui expulso do MDB.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Pela Ordem).

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - (Pela Ordem).

Eu apenas irei responder aos ataques que me foram formulados pelo Deputado Gabriel Manoel, e não posso conceber que seja tão mal informado, ao dizer que fui expulso do meu Partido. Existe uma decisão do Superior Tribunal Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal de Recursos, que me absolve, portanto, Vossa Excelência sabe perfeitamente que eu pertencço à bancada do MDB. E foram apenas questões de ordem pessoais que levaram o Partido a mover o processo.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito que as explicações pessoais sejam dadas no horário a elas reservado, e que os oradores se inscrevam para falar em Explicações Pessoais. E agora se discuta o requerimento que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Domício Scaramella) Deferido. Em questão de ordem, continua com a palavra o Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - (Pela Ordem)

Então casse o aparte do Deputado Gabriel Manoel também.

O SR. PRESIDENTE - (Domício Scaramella) Ele está com aparte concedido pelo orador.

O Sr. Gabriel Manoel - Para complementar o meu aparte.

Pedindo vênica aos companheiros, eu me senti ferido porque o Deputado Scarpelini ataca toda a Bancada da Arena passada; homens dignos que muitos deles estão aqui repetindo como nós repetimos, por quatro vezes consecutivas; cada um luta de u'a maneira, contanto que o nosso objetivo seja o bem estar e a tranqüilidade de nossa terra e de nossa gente.

Agradeço o aparte, e só me referi ao problema do Deputado Scarpelini, porque ele fez assim um ataque pessoal. Dizendo "nome aos bois", eu também sou obrigado a me lembrar do adágio popular: "quem diz o que quer, ouve o que não quer".

Agradeço a todos e me parabenizo com Vossa Excelência, e quero dizer que este já era o pensamento do Governo Canet. Quando ele sancionou o Estatuto do Magistério, que estava emperrado nas gavetas, por três ou quatro Secretários, todos somos testemunhas. O Governador Canet, dentro do seu conceito, é um paranaense legítimo, é um homem que trabalhou, deixou dos seus afazeres e nem percebia os seus vencimentos; um homem honesto, correto, homem que lutou, não é por ele não ser Governador hoje que nós vamos deixar de falar aqui e de defendê-lo, porque nós estivemos com todos os elementos do DNER inaugurando estradas, dando ao povo estradas, dando isto que numa ocasião de doenças, o indigente pode se locomover para os grandes centros para ser tratado. E se

isto não for assistência social, então eu não entendo o Deputado Scarpelini. Então eu não entendo o que se chama de assistência social. Se no momento em que o Governo procurou carrear, trazer benefícios para o Paraná, impiantando no Paraná um estilo de Governo de aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo, este homem não pode ser aqui julgado ou criticado por mera demagogia, como dizia eu.

Porque Canet é um Governador que saiu com a cabeça levantada; Canet tem a admiração dos 290 Prefeitos do Paraná. Prefeitos do MDB que foram beneficiados por Jayme Canet Júnior.

É por isso que eu digo que, dentro do possível, do concebível e do raciocínio, um homem que luta, um homem humilde, da minha estirpe que veio lá do interior acostumado a sofrer com lama quando chove e a sofrer com poeira quando faz sol. Podemos defender Canet de cabeça erguida, porque sabemos da vontade do povo paranaense que Canet há de voltar em 82, para continuar as obras de Ney Braga, que também há de ser um grande Governador.

Queiram ou não os falsos Messias.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. José Domingos Scarpelini – Vossa Excelência me permite mais um aparte? – (Assentimento).

Gostaria de, nesta oportunidade, dizer ao orador que se encontra na tribuna, bem como ao Deputado que aparteu agora, de que não é do nosso feito dirigir palavras grosseiras à bancada da Arena.

Apenas acho que foi uma colocação indevida que o Deputado Gabriel Manoel fez, porque nós sempre procuramos manter um bom entendimento entre a nossa Bancada e a Bancada da Arena, e pessoalmente, da mesma forma.

Eu não disse de maneira nenhuma que estava querendo julgar o Governador Jayme Canet Júnior. Primeiro, que não tenho poderes para isso. Eu apenas estou, disse e continuarei afirmando, que no plano social o Governador Jayme Canet Júnior é digno de algumas críticas.

E gostaria de esclarecer e me dirigir à Presidência, para dizer que, em momento algum do aparte anterior que formulei ao Deputado que está na tribuna, eu fugi do assunto que estava sendo tratado no requerimento. Se houve alguém que foi por outros caminhos apartando o Deputado que está na tribuna, não foi a nossa pessoa, e sim outros Deputados que o apartaram.

Portanto, agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência, e espero da Presidência a compreensão neste sentido, e que fiquem por onde estão as coisas, porque entendemos que não existe motivo maior para se delongar.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concluo agradecendo o apoio dos nobres Srs. Deputados presentes, e no que toca à política social do Governo Jayme Canet, quero fazer justiça, ao concluir, endossando os conceitos do Deputado Gabriel Manoel. No Governo de Canet, o Paraná assumiu uma posição de liderança, de amparo, de apoio e de assistência ao menor. E eu tendo que isto é importante que se destaque para fazer justiça ao ex-Governador.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. – (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Domício Scaramella) Continua em discussão. Em votação. (Pausa). APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 16/79.

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 144/78, 14, 26 e 63/79, e de Resolução n.ºs 32 e 41/79.

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 43, 53 e 62/79, e de Resolução n.ºs 12/78 e 39/79.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA – 9.ª LEGISLATURA ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Deputado Wilson Fortes, e contando com as presenças dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel e Jurandir Messias. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 40/78, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Gabriel Sampaio e Fidelcino Tolentino. Parecer Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 05/79, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. Parecer Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 33/79, relatado pelo Sr. Deputado Jurandir Messias, de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Luiz Delagassa Passos, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) WILSON FORTES – Presidente
Osmar Luiz Delagassa Passos – Secretário